

**PARA ALÉM DO PERIGO COMUNISTA: A IDÉIA DE  
DEMOCRACIA NO *JORNAL DO BRASIL*: UMA ANÁLISE DOS  
PRIMEIROS MESES DE 1964**

Cristopher Sallati Alves \*

**RESUMO**

Este artigo tem por objetivo analisar as diferentes concepções de democracia que norteavam as posições do *Jornal do Brasil* e do presidente João Goulart face à situação brasileira entre os meses de janeiro e março de 1964, posições frontalmente divergentes, mas que tinha em comum a utilização da democracia como argumento. Por tomar um periódico como objeto de estudo, o artigo também pontua algumas questões correlatas à imprensa, como a discussão sobre a opinião pública e a questão discursiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Democracia, liberalismo, reformismo, *Jornal do Brasil*, João Goulart.

**ABSTRACT**

This article aims to analyze the different conceptions of democracy that guided the positions of the *Journal of the Brazil* and the President João Goulart face to the Brazilian situation between January and March 1964, frontally divergent positions, but he has in common the use of democracy as an argument. By taking a journal as an object of study, the article also points out some issues correlated to the media, as the discussion about public opinion and discursive question.

**KEYWORDS:** Democracy, liberalism, reformism, *Jornal do Brasil*, João Goulart.

Este artigo pretende analisar a posição do *Jornal do Brasil* face ao governo João Goulart no período de janeiro a março de 1964, momento de forte crise política e

---

\* Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas.  
E-mail: cristopher.sallati@gmail.com

econômica. As avaliações divergentes das causas da crise, e das soluções possíveis, por parte do periódico e do então presidente pareciam pautar-se em concepções diferentes de democracia, o que tentaremos analisar nas páginas que seguem.

### **O Governo João Goulart e o Golpe de 1964 na Historiografia**

A discussão historiográfica que este texto propõe não pretende ser exaustiva e nem elencar todas as tendências e vertentes interpretativas a respeito do governo João Goulart e do golpe de 1964.<sup>1</sup> Em vez disso, seu objetivo é sublinhar como a historiografia referente a esse período o demarcou como um contexto de crise, cujas tentativas de explicação ora enfatizam a estrutura política (SKIDMORE, 1975) e fatores dela decorrentes (FIGUEIREDO, 1993) ou por vezes concedem primazia à situação econômica e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo no país (BANDEIRA, 1977), para ficarmos apenas em dois exemplos. Ainda no que diz respeito à historiografia, é interessante notar que apesar das divergências interpretativas há um importante ponto em comum: o recuo das análises até a década de 1930, período que marca a chegada de Getúlio Vargas ao poder.

Entre as explicações que enfatizam a estrutura política podemos citar a de Thomas Skidmore (1975), para quem a chave explicativa para o golpe de 1964 e conseqüentemente, a crise que dominou os últimos meses do governo *Jango*<sup>2</sup>, remonta à década de 1930, uma vez que este autor entende que a passagem de Getúlio Vargas pelo poder<sup>3</sup> causou profundas transformações no Brasil, sobretudo em sua estrutura política, que a partir de então se pautou pela divisão entre os herdeiros do varguismo e seus opositores<sup>4</sup>, situação que tendia a se agravar nos momentos de crise política<sup>5</sup>.

---

<sup>1</sup> Sobre a discussão historiográfica, consultar: FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. Vol 24, n° 47, São Paulo, 2004 e DELGADO, L. A. N. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Tempo*. Vol. 14, n° 28, Niterói, junho de 2010.

<sup>2</sup> Jango era o apelido por meio do qual João Goulart era conhecido.

<sup>3</sup> Vargas ocupou a presidência em dois momentos distintos: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954.

<sup>4</sup> Exemplo dessa divisão é a origem dos três maiores partidos do país naquele momento: PTB e PSD criados por Vargas e a UDN surgida como partido de oposição ao varguismo.

<sup>5</sup> Entre os exemplos de situações nas quais essa divisão se exacerbou podemos citar a conspiração e o suicídio de Getúlio Vargas em 1954 e a crise dos dez dias que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros em 1961, impasse cuja resolução foi alcançada por meio da adoção do sistema parlamentarista.

Tal estrutura política que tendia a aglutinar as forças políticas em dois campos opostos está, para Skidmore, na raiz da crise que desencadeou o golpe de 1964, uma vez que as questões postas favoreciam uma polarização cada vez maior em torno destes dois grupos, situação cujo ápice foi atingido com a realização de mobilizações populares como o Comício da Central em 13 de março de 1964, cuja resposta foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março de 1964.

Outra explicação que prioriza a crise, mas que inversamente de Skidmore, entende que o aspecto econômico em sua relação com o desenvolvimento do capitalismo no país foi o fator primordial, do qual o aspecto político seria tributário, é a que foi proposta por Moniz Bandeira (1977), que identifica um conflito na relação entre o processo de industrialização brasileiro e as necessidades do capital estrangeiro, conflito este que seria anterior ao período de Vargas no poder, mas que teria recrudescido após 1930 com a intervenção do Estado na economia e o discurso nacionalista<sup>6</sup> subjacente a esta prática (BANDEIRA, 1977:15).

Também extrapolando a década de 1960, mas analisando o anticomunismo, Rodrigo Patto Sá Motta (2002), entende que tal fenômeno adquiriu um aspecto estruturante da política brasileira ao longo do século XX<sup>7</sup>, principalmente a partir de 1917, ano da Revolução Russa, sublinhando que apesar de se prestar a manipulações, principalmente no sentido de rejeição às mudanças que ocorriam na sociedade brasileira, o anticomunismo não deve ser descartado como um temor sincero por parte de segmentos da população, adquirindo em determinadas conjunturas um papel central, já que para Motta o anticomunismo foi a fagulha principal do movimento de 31 de março de 1964 (2002:231).

---

<sup>6</sup> Bandeira (1977:69) entende que durante o governo de Juscelino Kubitschek o projeto varguista de desenvolvimento do capitalismo nacional, com o fortalecimento da indústria de base, foi abandonado em favor de uma industrialização orientada para os bens de consumo, de forma a acomodar o desenvolvimento do país às necessidades do capitalismo internacional, o que aumentou a evasão de divisas e deteriorou as relações de troca do país. A assunção de Goulart ao poder dá início à tentativa de reencaminhar o desenvolvimento brasileiro para uma via nacional, nos moldes do projeto varguista, o que gerou resistências por parte de setores ligados ao capital estrangeiro, que teriam se articulado na conspiração que antecedeu o golpe.

<sup>7</sup> Motta identificou dois momentos nos quais o anticomunismo ganhou projeção e influenciou de maneira decisiva nos acontecimentos: o primeiro em decorrência do levante de 1935, que ficou conhecido como Intentona Comunista e justificou duras medidas repressivas que precederam o advento do Estado Novo em 1937 e o segundo momento, na década de 1960, ligado ao medo de uma suposta comunização do país sob João Goulart.

Diferentemente de Motta, Gláucio Ary Dillon Soares (1994), que realizou entrevistas com militares diretamente envolvidos na conspiração, postulou que a ideia de uma ameaça comunista foi um fator importante na mobilização dos militares, mas que essa razão não agiu de forma isolada (SOARES, 1994:30 a 36), pois a partir dos depoimentos dos envolvidos, o autor notou que a ameaça comunista constituiu um dos principais motivadores do golpe de 1964, mas ainda sim não foi o fator preponderante para o movimento conspiratório.<sup>8</sup> Para Soares, o que ocorreu em 1964 foi um golpe essencialmente militar e político, e nesse sentido o autor critica análises que subestimaram a autonomia dos militares, colocando-os sempre a serviço de outras classes, o que parece ser o caso de Moniz Bandeira, para quem o golpe foi articulado em nome dos interesses do capitalismo internacional, e René Dreifuss (1981), que concede um papel primordial aos empresários agrupados em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e que prefere falar em golpe civil-militar.

Outra perspectiva de abordagem é apresentada por Marco Antonio Villa (2004), que busca retrair, à maneira de uma biografia histórica, a trajetória do Presidente João Goulart com o intuito de desmistificar uma memória que teria se cristalizado em torno da imagem de *Jango*: a do presidente que foi deposto por defender as reformas de base. Para tanto, Villa refaz o percurso de Goulart, partindo de sua relação com Getúlio Vargas, que o iniciou na política, e culmina na sua deposição da Presidência da República em 1964. O autor busca realçar aspectos da personalidade de Jango que na sua visão tiveram peso no movimento histórico, traçando um perfil do ex-presidente no qual são enfatizadas as suas fraquezas, como uma suposta incapacidade de governar, a falta de projetos políticos consistentes e de tato político, atributos que para Villa tiveram peso na crise de 1964, visão oposta, portanto, da memória do presidente reformador.

Apesar das divergências apresentadas nessa discussão sintética, é possível notar que as diferentes causas apontadas como motivadoras para a crise e o golpe de 1964, como a estrutura política dividida, a conflituosa relação com o capitalismo internacional, o sentimento anticomunista de parte da população brasileira ou mesmo a personalidade de *Jango*, essas causas são tomadas como elementos preexistentes, em

---

<sup>8</sup> Soares agrupou as respostas obtidas nas entrevistas por blocos e ao quantificá-las notou que o bloco intitulado “caos, desordem, instabilidade” foi o mais frequentemente mencionado, seguido pelo bloco “perigo comunista e subversão”.

estado embrionário ou não, à posse de Goulart, adquirindo um peso maior ao longo do período no qual *Jango* permaneceu na presidência até sua deposição em 1964.

### **A Imprensa na Historiografia**

Os trabalhos elencados na discussão bibliográfica utilizaram-se da imprensa concomitantemente a outros documentos em suas interpretações, entretanto, na maior parte dos casos, a imprensa foi utilizada como fonte, notadamente como um meio de comprovação e validação de informações obtidas em documentos de outra natureza. Na bibliografia sobre o período analisado nota-se que são raros os trabalhos que analisam o papel que a imprensa escrita desempenhou naquele momento, fato que, como pensa Alzira Alves de Abreu “chama a atenção, principalmente quando se pensa no poder de influência dos meios de comunicação” (2004:15), por mais que o debate sobre essa influência e as formas como o discurso da imprensa atua seja tema de controvérsias. A autora lembra que é importante incorporar aos esquemas explicativos uma avaliação do papel da imprensa naquele histórico, uma vez que esta não apenas se posiciona sobre temas em circulação, mas também pode, em determinados momentos, “formular e impor uma agenda, e dessa forma interferir no rumo dos acontecimentos, obrigando outros atores a se posicionar” (2004:15).

Abreu utilizou alguns dos principais jornais do país em sua análise, buscando verificar momentos de mudança nos noticiários e editoriais, e dividiu sua exposição sobre a atuação da imprensa durante o governo João Goulart em quatro partes: a primeira refere-se à defesa da posse do então vice-presidente *Jango* por parte de maioria dos grandes jornais, posição que se pautou pela preservação da Constituição, num misto de manutenção da ordem legal com reservas quanto à capacidade de Goulart governar o país, em grande parte decorrente de sua posição como presidente do Partido Trabalhista Brasileiro e principal herdeiro político de Getúlio Vargas, além de sua atuação no Ministério do Trabalho, que o marcou como um político de tendências ideológicas de esquerda.

O segundo momento marcado pela autora é o apoio da imprensa ao parlamentarismo, como solução à crise aberta com a renúncia de Jânio Quadros, à

tentativa de veto dos ministros militares à posse de Goulart e também ao plebiscito que conduziu o país ao retorno do regime presidencialista em 6 de janeiro de 1963.

Já o terceiro período teve início com a Revolta dos Sargentos, em 2 de setembro de 1963, após a decisão do Supremo Tribunal Federal de reafirmar a inelegibilidade dos sargentos para os órgãos do Poder Legislativo, sendo que nesse caso Goulart declarou seu apoio às reivindicações, sob o argumento de que elas fariam parte do programa de reformas do governo, o que gerou desconfianças. Para a autora, este é o momento de inflexão da posição da imprensa, pois “a partir daí começa realmente o afastamento e se aceleram as críticas ao presidente” (2004:19), com os jornais dando destaque às reações negativas de organizações da classe média como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE).

Por fim, no que Abreu chama de “Epílogo: a imprensa pediu a saída de Goulart”, a autora retoma brevemente a interação entre vários fatores que levaram à queda de *Jango*, entre eles a crise econômica e política, com as orientações ideológicas, fatores institucionais e a articulação entre os vários atores políticos, como a exemplo do Comício da Central em 13 de março, que na visão da autora foi relacionado ao comunismo pelos jornais, já que eles passaram a intensificar as notícias, declarações de políticos, personalidades públicas e militares sobre o tema (ABREU, 2004:22).

### **A Imprensa como Objeto de Pesquisa**

Tomar um periódico como objeto de investigação implica em considerá-lo a partir de suas múltiplas dimensões constituintes, dentre elas a dimensão discursiva, a estrutura decisória, suas condições materiais e financeiras, seus métodos de recrutamento, suas ligações com os diferentes poderes (JEANNENEY, 2003:214), levando em consideração as especificidades que são inerentes ao trabalho jornalístico, como o ritmo veloz de produção e buscando compreender que a imprensa é portadora de um discurso que cria sentidos, significados e adjetiva acontecimentos e posturas.

Tal forma de pensar a imprensa, e mais especificamente o jornalismo, aproxima-se da noção de campo, entendido como um espaço social estruturado, composto de forças que atuam em sentidos distintos, formulada por Pierre Bourdieu

(1997). Aplicada ao jornalismo, esta noção implica em considerá-lo como um microcosmo que tem leis próprias, definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte de outros microcosmos (BOURDIEU, 1997:55), como o campo econômico, que pressiona de forma particular o universo jornalístico, especialmente o da televisão, através do índice de audiência.

No caso deste estudo, a atenção voltou-se para a dimensão discursiva do *Jornal do Brasil*, procurando perceber como se constrói o discurso que cria imagens de si e do outro através de relações de oposição, de adjetivação e a repetição de motivos que perpassam os textos. Em um primeiro momento apresenta-se o seu posicionamento diante de questões no período analisado e, posteriormente, procura-se aprofundar a concepção de democracia veiculada nos editoriais do periódico em contraponto à ideia de democracia que João Goulart mobilizava em seus pronunciamentos e atos governamentais.

Apesar da ênfase na dimensão discursiva, é importante pontuar, ainda que de maneira superficial, algumas questões que tangenciam a imprensa enquanto objeto de estudo, uma vez que problematizam aspectos que direta ou indiretamente fazem referência, como as discussões sobre a emissão e recepção de discursos e sobre a opinião pública.

A discussão sobre o processo de emissão e recepção discursiva gira em torno do seu grau de receptividade e penetração, da forma como eles são, se de fato o são, incorporados, apropriados ou ressignificados, questão controversa, que abarca desde posições que falam em termos de massificação cultural, como a da Escola de Frankfurt<sup>9</sup>, de opressão simbólica<sup>10</sup>, a autores que privilegiam as mediações constitutivas não só da leitura, mas de toda experiência cultural<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> A posição da Escola de Frankfurt pode ser representada por Adorno e Horkheimer, para quem a emergência da indústria cultural, relacionada intrinsecamente com o surgimento da sociedade de massas, significou a massificação cultural, símbolo de degradação da cultura, feita indústria de diversão.

<sup>10</sup> É o caso de Pierre Bourdieu (1997), que ao colocar o problema a partir dos meios de comunicação, enfatiza o risco de opressão simbólica decorrente da lógica do campo jornalístico, que impõe problemáticas, e mais do que isso, tende a uma homogeneização circular, uma vez que existiria um circuito fechado de jornalistas, que se leem, tem percepções e formação comuns e que igualmente são pressionados pelo índice de audiência.

<sup>11</sup> É a posição de Jesús Martín-Barbero (2009), que ao deslocar a ênfase dos meios para as mediações, ou seja, para as diferentes formas como os leitores “recebem” as mensagens, leva em consideração as experiências culturais de diferentes grupos sociais, relativizando assim argumentos em favor de uma suposta manipulação por parte dos meios de comunicação e da chamada indústria cultural, que

Já o debate em torno da questão da opinião pública, passa pela própria definição das diferentes formas pelas quais a opinião pública pode ser abordada, pois seria mais profícuo entendê-la como plural e resultante de múltiplas influências, refletindo ao mesmo tempo as estruturas mentais e sua relação com o contexto (BECKER, 2003:188), sendo possível mesmo diferenciar a existência de uma opinião pública estática e uma opinião pública dinâmica. Além disso, também é importante observar fatores como o que Bourdieu (1973) chama de “*ethos* de classe”, ou seja, o sistema de valores implícitos que as pessoas interiorizam, e também a “competência política”, que varia de acordo com o grau de instrução, e que não são levados em conta nas pesquisas de opinião, que desconsideram que a opinião forma-se a partir de grupos, e ainda que há as chamadas opiniões de peso, já constituídas, as opiniões mobilizadas e as opiniões que se formam nos momentos de crise, pontos que para o autor demonstram que a opinião pública dos institutos de pesquisa “é um artefato puro e simples cuja função é dissimular que o estado da opinião em um dado momento do tempo é um sistema de forças, de tensões e que não há nada mais inadequado para representar o estado da opinião do que uma percentagem” (BOURDIEU, 1973:3).

### **O Governo João Goulart pelo *Jornal do Brasil***

Na leitura de um total de 162 editoriais do *Jornal do Brasil* publicados durante o período de janeiro a março de 1964 foi possível identificar a existência de alguns eixos temáticos que servem de norte para compreender a forma como o governo João Goulart era retratado pelos editores desse jornal. Para facilitar a exposição, os editoriais foram agrupados em descritores de acordo com sua recorrência, conformando os eixos temáticos, que são seis: subversão, farsa reformista, defesa do regime, ineficiência administrativa, sindicalismo e Guerra Fria.

Sob o descritor “subversão” foram agrupados 47 editoriais que em conjunto apresentam a argumentação de que havia um quadro de desestabilização progressiva do país cujas causas residiam na “inaptidão de Goulart para realizar um bom governo democrático” (*Jornal do Brasil*, 03 de janeiro de 1964), provocando um vácuo de poder

---

pressupõem a existência de receptores passivos diante de informações que no momento em que são veiculadas seriam assimiladas de pronto pelas massas.



que causava agitação generalizada e estéril (Jornal do Brasil, 25 de janeiro de 1964) e o uso político dessa agitação, pois para os editores, Goulart mobilizava as reformas de base como capital político para fomentar a agitação e assim pressionar o Congresso (Jornal do Brasil, 14 de fevereiro de 1964) a alterar a Constituição de 1946<sup>12</sup>, o que contribuiu para o agravamento do choque entre o Executivo e o Legislativo e levou o *Jornal do Brasil* a postular que o presidente buscava apoiar-se em uma base de sustentação que lhe permitisse confrontar-se com o Congresso, mormente por meio de uma aproximação com os sindicatos e as Forças Armadas (Jornal do Brasil, 19 de janeiro e 22 de fevereiro de 1964), sendo que na opinião dos editores, essa tática de confrontação já estaria posta desde o primeiro momento em que as reformas de base foram lançadas na cena política, uma vez que

[...] O debate em torno das chamadas reformas de base começa por enfrentar esse problema de colocação institucional. Sob tal aspecto elas foram lançadas à cena política em termos marginais, armando um dilema desnecessário e afinal o impasse em que todos nos encontramos. Um dos poderes da República, e precisamente o de expressão unipessoal, decidiu estabelecer a oportunidade, o estilo e o alcance do processo natural de conformação de nossas estruturas às novas exigências da realidade política, econômica e social. Da decisão unilateral, marcada por objetivos políticos conflituosos, passou o Governo, sem qualquer intervalo, às etapas de imposição (Jornal do Brasil, 19 de janeiro de 1964).

O segundo descritor leva o título de “farsa reformista”, no qual foram agrupados 10 editoriais. A nomenclatura utilizada faz menção a um editorial de 05 de fevereiro de 1964 e expressa a posição de que a mobilização em torno das reformas de base não tinha como objetivo último a realização das alterações estruturais que eram pregadas pelo presidente e por seus correligionários, mas sim a reforma constitucional, não para viabilizar a reforma agrária, como afirmava o governo, mas para obter a alteração do capítulo sobre as ineligiabilidades e assim satisfazer o interesse continuísta de João Goulart, cuja comprovação arguiam que encontrava-se na inutilidade dos esforços de

---

<sup>12</sup> O debate em torno da alteração da Constituição de 1946 para a viabilização das reformas, especialmente da reforma agrária, se devia ao artigo que estipulava a indenização prévia em dinheiro aos proprietários em casos de desapropriação de terras. Somava-se a essa questão, já complicada, as suspeitas de alguns grupos de que *Jango* alimentava sonhos continuístas por meio da alteração da Constituição.

San Tiago Dantas e Celso Furtado, cujos planejamentos terminaram por ser abandonados, o que deu mote aos editores para afirmar que “não se fará qualquer reforma de base no Brasil porque o Governo do Senhor João Goulart não quer” (Jornal do Brasil, 05 de fevereiro de 1964).

Sob a taxionomia “defesa do regime” foram catalogados 26 editoriais que se caracterizam por uma espécie de chamado à defesa das instituições democráticas contra as pressões exercidas pelo Executivo e os grupos que lhe serviam de base, de forma que tais textos possuíam interlocutores bem definidos: os candidatos à sucessão presidencial em 1965, a quem cabia, por exemplo, discutir a questão das reformas de base, cujo monopólio era pretendido por Goulart, demonstrando desse modo a possibilidade de encaminhamento da questão de forma democrática, (Jornal do Brasil, 10 de janeiro e 01 de fevereiro de 1964) e o Congresso Nacional (Jornal do Brasil, 18 de fevereiro e 29 de fevereiro de 1964), cujo dever seria zelar pela independência dos poderes e cuidar do bom funcionamento do regime, funcionando como um dique às pressões e interferências do Executivo.

Outro rótulo utilizado no agrupamento de editoriais leva o título de “ineficiência administrativa”, que congrega 42 textos que argumentam sobre a existência de um sentimento de frustração que seria geral após um ano de retorno ao regime presidencialista<sup>13</sup> em decorrência da inoperância do governo João Goulart, cujas causas poderiam ser encontradas na pregação revolucionária das reformas<sup>14</sup> e na ausência de um programa de governo.<sup>15</sup>

A nomenclatura “sindicalismo” agrupa 10 editoriais que realçam a comparação entre o que os editores chamam de sindicalismo democrático, que é demonstrado nos editoriais sob a forma de exemplos, notadamente o britânico e o norte-americano, e o sindicalismo brasileiro, que padece de um vício de origem que é sua ligação com o

---

<sup>13</sup> O retorno ao presidencialismo foi decidido mediante um plebiscito em 6 de janeiro de 1963.

<sup>14</sup> Os editores argumentavam que as reformas eram utilizadas politicamente, pois outras reformas que modernizariam a estrutura do país, mas que não possuíam tanto apelo popular, ficavam em segundo plano, como as reformas bancária, tributária e administrativa (Jornal do Brasil, 03 de dezembro de 1963 e 21 de fevereiro de 1964).

<sup>15</sup> A argumentação a respeito da ausência de um programa de governo girava em torno do já citado abandono do Plano Trienal, além do número excessivo de troca de ministros efetuadas por *Jango* e também a ausência de uma política econômica que contemplasse uma política antiinflacionária consistente, o que impedia a renegociação de débitos com o Fundo Monetário Internacional (Jornal do Brasil, 08 e 15 de janeiro de 1964).

governo, expressa no sindicalismo oficial (*Jornal do Brasil*, 08 de fevereiro de 1964), e cujos efeitos são prejudiciais a ambos, já que gerava interferências múltiplas, o que é indigno da mais alta magistratura do país e para o movimento sindical significa o fim de sua liberdade, que é a justificativa de sua existência, já que os editores entendem que o papel do sindicalismo é tornar o trabalhador independente (*Jornal do Brasil*, 09 de fevereiro de 1964).

Um último grupo de 16 editoriais foi agrupado sob o rótulo de “Guerra Fria”, remetendo a questões de política externa que ressaltam as ligações históricas entre o Brasil e o Ocidente, além de tecer críticas ao que os autores chamam de “fidelismo”, visto como um corpo estranho no continente e que ameaçaria a paz na região. A repercussão interna do contexto de Guerra Fria e a impossibilidade de se passar incólume pelas duas alternativas ficam visíveis na questão das reformas de base, tema que é inserido em um dilema no qual a questão preliminar seria a definição do seu sentido: a alternativa entre capitalismo e socialismo (*Jornal do Brasil*, 18 de janeiro de 1964).

### **Visões da Democracia**

Na interpretação dos acontecimentos sob o governo *Jango* pelo *Jornal do Brasil* evidencia-se a ideia de defesa da democracia empreendida pelo periódico em questão. Contudo, em diversos momentos o presidente João Goulart também se utilizava da democracia como argumento que justificaria as medidas por ele pretendidas, notadamente as reformas de base. Diante de tal quadro, surge o problema de tentar identificar quais as concepções de democracia que se faziam presentes e norteavam os discursos do então presidente João Goulart e do *Jornal do Brasil*.

Ao se propor uma discussão cujo objeto seja a democracia, o que por vezes considera concepções, representações e práticas, é importante considerar que, como lembra Norberto Bobbio (2000:31), a democracia, enquanto forma de governo – o governo da maioria - é antiga, e que apesar das discussões que envolvem as transformações dessa forma de governo no transcorrer dos séculos, e especialmente das diferenças entre a “democracia dos antigos” e a “democracia dos modernos”, o significado descritivo geral do termo não se alterou, assim a manutenção dessa

contraposição permanece útil se pensarmos a partir do modo como são tomadas as decisões coletivas, ou seja, o modo como esse direito é exercido.

Uma contraposição possível é a que ocorre entre democracia direta e democracia representativa, sendo que um dos principais argumentos dos defensores da última forma se refere às dimensões do Estado moderno. De qualquer forma, ainda de acordo com Bobbio, “tanto a democracia direta quanto a indireta descendem do mesmo princípio da soberania popular, apesar de se distinguirem pelas modalidades e pelas formas com que essa soberania é exercida” (2000:34).

Seguindo a leitura de Bobbio, outro ponto a ser considerado na discussão a respeito da democracia é a sua diferenciação, enquanto forma de governo baseada na soberania popular, que conforme vimos, pode distinguir-se quanto à forma de seu exercício, das teorias que se referem a diferentes concepções de Estado, entre as quais podemos citar o liberalismo, o que impõe a necessidade de diferenciá-las. Pensando mais especificamente as relações entre democracia e liberalismo, Bobbio nota que a existência atual de regimes que se definem como liberal-democráticos faz supor que essa relação seja de interdependência. Entretanto, retomando o que já foi dito sobre as diferenças entre concepção de Estado e forma de governo, “um governo democrático não dá vida necessariamente a um Estado liberal” (2000:7) e, historicamente, o Estado liberal clássico passou a enfrentar uma crise devido ao processo de democratização produzido pela gradual ampliação do sufrágio.

Essa crise fica mais clara quando se tem em vista duas proposições de difícil convivência; por um lado a exigência liberal de limitar o poder e, por outro, o anseio democrático por sua distribuição, o que por vezes aparece aos liberais como uma forma de submeter o indivíduo à autoridade coletiva. Como observou Bobbio, as relações entre liberalismo e democracia são extremamente complexas, e a convergência ou divergência entre ambos na maioria das vezes depende da forma como se pensa a própria democracia, que pode ser entendida como formal ou substantiva (2000:37 a 39 e 42 a 43), questão que de uma maneira sintética, mas não menos problemática, pode ser colocada nos seguintes termos: a relação entre liberdade e igualdade, que passa pela definição de ambas, o que não é menos controverso.

No caso analisado, parece haver uma complexa relação entre liberalismo e democracia, ou dito em outras palavras, entre liberdade e igualdade, pois por vezes a

argumentação dos atores envolvidos procura fazer crer que a relação entre ambas é de exclusão, já que a plena realização de um dos objetivos implicaria o abandono do outro, ou seja, a plena liberdade ocasionaria a desigualdade, e a busca pela igualdade pressupunha uma intervenção maior em outras esferas da atuação individual.

### **Jango: a Democracia através das Reformas**

O Brasil experimentou profundas transformações entre as décadas de 1940 e 1960, como o forte crescimento demográfico e a intensa migração do campo para as cidades, mudanças estas que por vezes estavam atreladas a outros fatores, como a industrialização ocorrida durante a década de 1950<sup>16</sup>. O presidente Goulart demonstrava consciência dessa situação, e para além do diagnóstico afirmava que era necessário cooperar para que “o sistema instituído se ajuste cada vez mais e melhor à realidade do País, e para que possa ser aplicado como instrumento eficiente na conquista das reivindicações populares” (GOULART, 1962:35).

É importante ressaltar que Goulart não coloca o problema apenas sob o prisma do parlamentarismo, pois que ele se referia constantemente às estruturas que deveriam ser modificadas, mormente a estrutura agrária, pois “as relações entre os que trabalham e os que possuem a terra são, de modo geral, um obstáculo ao desenvolvimento da produção agrícola, ao aumento de sua produtividade, a uma melhor distribuição de rendas” (GOULART, 1962:102). Nesse sentido, chama a atenção para a amplitude das reformas às quais *Jango* se referia como necessárias para “ajustar o Estado e o processo administrativo às exigências das necessidades nacionais” (GOULART, 1962:124), pois entre elas figuravam, além do problema agrário, o “dos abusos do poder econômico, da reforma bancária, o das novas diretrizes educacionais, o da disciplina do capital estrangeiro, [...] regulamentando preceitos constitucionais, como e quando se fizer necessário, concretizando medidas de maior alcance social” (GOULART, 1962:18).

Para *Jango* a continuidade do desenvolvimento brasileiro dependia “de transformar uma estrutura econômico-social que já produziu os seus frutos mas não mais corresponde às exigências de bem-estar das populações brasileiras” (GOULART,

---

<sup>16</sup> Para se ter uma ideia das transformações pelas quais o país passava, é útil consultar a série de dados estatísticos históricos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1990)

1962:100), sendo que essa necessidade postulada por Goulart se apoiava em outra recorrência nos pronunciamentos presidenciais: a ideia de que o descompasso entre a realidade nacional e as instituições representava um grave, e talvez iminente, risco para a evolução política do Brasil”.<sup>17</sup>

Para *Jango*, a questão era ativar a participação do Estado, ampliar a participação popular não apenas na esfera política por meio do voto e elegibilidade dos sargentos e praças das Forças Armadas e dos analfabetos, mas também propiciar uma inserção popular mais ampla na esfera econômica ao minorar os contrastes sociais mediante a ampliação do direito de propriedade no campo pela reforma agrária, no combate aos abusos do poder econômico e na ampliação do acesso aos bens e riquezas da nação. Assim, as reformas bancária e tributária objetivavam proporcionar “melhores condições de vida aos brasileiros, com a participação de todos nas riquezas nacionais”, pois “somente através de medidas corajosas poderemos tirar dos que têm muito, para entregar aos que nada têm, a fim de criarmos um clima de paz e tranquilidade” (GOULART, 1962:51). Portanto, para João Goulart a manutenção do regime democrático no Brasil passava por uma ampliação da própria ideia de democracia, pois:

[...] se não aceitamos que se imponha um regime que nos prive de liberdade, um regime incompatível com o sentimento cristão do povo brasileiro, se não permitimos que isto ocorra, que não se iludam os reacionários deste País, porque não permitiremos, também, que se instalem outros tipos de democracias privilegiadas” (GOULART, apud FONSECA, 1963:23).

Esse aprimoramento da democracia através das reformas estruturais que eliminariam os privilégios que estariam na base dos profundos contrastes sócio-econômicos teria de se fazer por uma intervenção que inevitavelmente seria sentida na autonomia individual, que é um dos princípios fundamentais do liberalismo, o que não parece ter sido uma das preocupações fundamentais de *Jango*, pois de acordo com Jorge Ferreira, o trabalhismo brasileiro com Goulart modernizou seu projeto, influenciado

---

<sup>17</sup> O tema da inadequação das estruturas e do risco que tal fato representava para a evolução política do país foi uma constante dos discursos de *Jango*. A título de exemplificação, consultar os seguintes discursos disponíveis em GOULART, J. *Desenvolvimento e independência. Discursos 1961*: Brasília, 18/09/1961; 09/11/1961 e 31/12/1961, Belém, 25/10/1961; Belo Horizonte, 17/11/1961; São Paulo, 10/12/1961.

pela consolidação dos valores democráticos e do modelo de Estado de bem-estar social, preocupando-se mais com a pobreza dos trabalhadores e a ampliação de seus direitos políticos, sendo que essa geração, “reconhecendo a necessidade de mudanças nas estruturas sociais e econômicas do país, duvidava das possibilidades de êxito de um projeto circunscrito aos limites traçados pelo liberalismo clássico” (FERREIRA, 2007:517).

Ao inserir uma cunha entre a democracia vigente e a democracia pretendida, Goulart argumentava sobre a urgência da situação, uma vez que na sua avaliação havia riscos para a ordem social e política do país decorrentes da manutenção “da defeituosa estruturação das relações econômicas e sociais”, de forma que para *Jango* a questão se resumia a definir se as transformações iriam ocorrer pacificamente, sob direção do Estado, ou violentamente, através de uma revolução social, pois

[...] se o Parlamento brasileiro pôde, em momento difícil do país, modificar a Carta Magna para resolver uma crise política, poderá também, a qualquer momento, modificá-la novamente, para evitar uma crise ainda mais grave, que é a crise social em que vive o povo brasileiro (...) e que poderá transformar-se num movimento revolucionário muito mais perigoso do que o movimento que há pouco ameaçou o Brasil (GOULART, 1962:51).

A ideia de que a transformação pacífica da sociedade brasileira deveria ser obra do governo coloca uma questão mais ampla: a do papel do Estado, ao menos no que tange ao que comumente se chamava de “países subdesenvolvidos”, e a proposição de que cabia ao Estado liderar as transformações pressupunha sua crescente intervenção no sentido de atuar como uma instância reguladora não apenas dos conflitos, mas também das condições sócio-econômicas, expandindo suas funções.

Para os partidários da chamada democracia-liberal, isso queria dizer que ao assumir as funções de regulador, distribuindo de forma mais equitativa bens e serviços e ao “intervir nos privilégios”, haveria uma diminuição da liberdade individual na esfera econômica, de forma que o Estado se faria sentir de maneira mais patente, contrariando assim a concepção desses grupos, cuja concepção de Estado “contrapõe-se às várias formas de paternalismo, segundo as quais o Estado deve tomar conta de seus súditos”

(BOBBIO, 2000:22), o que recoloca a questão do difícil equilíbrio entre liberdade e igualdade.

A questão das reformas de base, que por si já eram complexas, envolviam múltiplos interesses e demandas, em cuja defesa a argumentação variava, abrangendo a chamada “questão social”, a defesa ou o aprimoramento da democracia, enfim, questões que não eram consensuais e que exigiam o diálogo político, e a situação se torna ainda mais problemática se levarmos em conta a interpretação de Argelina Figueiredo, para quem entre 1961 e 1964 ações e escolhas específicas, e não apenas de Goulart, solaparam a possibilidade de ampliação e consolidação de apoio para as reformas, reduzindo a possibilidade de implementar, sob a democracia, um compromisso sobre estas reformas (1993:30), sendo que para a autora a democracia é justamente isso, a possibilidade de se processar pacificamente os conflitos existentes, o que foi se tornando cada vez mais difícil à medida que avançava o governo *Jango*.

O conflito chegou ao ápice em 1964, quando Goulart, em sua Mensagem ao Congresso, atacou a morosidade de uma ação legislativa que não se conciliava com os deveres do Estado Moderno (GOULART, 1964:LVII) e propôs a supressão da indelegabilidade dos poderes, cuja presença no texto constitucional atribuiu “a preceitos liberais do século XVIII”, chegando mesmo a propor a redação da emenda que na sua visão deveria revogar o parágrafo 2º do artigo 36 da Constituição Federal. Além disso, *Jango* propôs ao Legislativo a realização de um plebiscito para consultar a população sobre as reformas de base, com a votação de todos os brasileiros maiores de 18 anos, o que contrariava a legislação eleitoral de então, uma vez que analfabetos não podiam votar e nesse quesito o presidente também propunha a alteração da Constituição, mais uma vez sugerindo a redação da emenda no qual tornaria todos os alistáveis elegíveis (GOULART, 1964:LVI).

Estes são apenas alguns exemplos das proposições de *Jango* ao Congresso Nacional que podem ser encontradas na mensagem enviada em 1964, que abrange praticamente todos os setores da vida nacional. Para justificar tais medidas, o presidente afirmou que “na satisfação dos reclamos populares e na defesa dos interesses do País, não me limitei a esperar as medidas legislativas necessárias à implantação das reformas estruturais com a profundidade que a Nação exige” (GOULART, 1964:XI), o que equivale a dizer que Goulart desistira de qualquer tentativa de composição com o Poder



Legislativo e de seguir a normalidade institucional conforme pressupunha a Constituição de 1946.

### **A Democracia Defendida pelo *Jornal do Brasil***

A partir da análise dos editoriais do *Jornal do Brasil*, é possível perceber que apesar de compartilhar da percepção de que o país passava por transformações irreversíveis, como a que tornava o latifúndio anacrônico (*Jornal do Brasil*, 22 de janeiro de 1964), os posicionamentos do periódico divergiam daqueles tomados pelo presidente João Goulart acerca da realidade brasileira.

Os editores não desqualificavam a necessidade de mudanças profundas, mas diferentemente de *Jango*, não admitiam a ideia de que os problemas enfrentados pelo país decorressem exclusivamente de um anacronismo estrutural, pois a “questão estrutural” deveria ser pensada com cautela, uma vez que as estruturas são dinâmicas e se modificam cotidianamente sob múltiplas demandas, ações e impactos, de forma paulatina (*Jornal do Brasil*, 19 de janeiro de 1964), o que coloca a questão da pluralidade de posições e da discussão, o confronto de posições, entendidos como inerentes a um regime democrático, rejeitando a introdução unilateral da questão das reformas de base como uma “exigência do povo” da forma como Goulart supostamente o teria feito, pois “a democracia rejeita o monopólio da verdade e do senso de justiça social. A democracia não vive de alternativas fatais e suicidas. Não há que lhe forçar os caminhos” (*Jornal do Brasil*, 19 de janeiro de 1964).

A pluralidade de opiniões e posições, a confrontação dessas posições e das múltiplas demandas, entendidas como algo inerente à democracia, encontrariam guarida no sistema representativo, cujo símbolo seria o Congresso Nacional, representante das diversas tendências existentes na sociedade, (*Jornal do Brasil*, 19 de janeiro e 17 de março de 1964) e para que essa multiplicidade pudesse se expressar de forma a chegar a uma solução justa, a ação legislativa não deveria ser demasiadamente apressada dadas as dimensões continentais do Brasil, que possuía uma estrutura multiforme (*Jornal do Brasil*, 19 de janeiro de 1964) e que exigia na apreciação dos problemas a sua consideração em todas as suas facetas. Nessa linha de raciocínio qualquer forma que impeça a livre discussão para a resolução dos problemas, ou que limite essa

possibilidade por meio de formas variadas de pressão, torna-se antidemocrática e, além disso, é necessário considerar o papel que o antagonismo desempenha na doutrina liberal, que parece ser o cerne da argumentação do periódico, pois é o antagonismo que serve de base ao progresso técnico e moral (BOBBIO, 2000:28). E é na perspectiva do entrave à discussão que o periódico encara as atitudes de Goulart, a começar pela quantidade e amplitude das reformas propostas simultaneamente, reformas que isoladamente já demandam uma preparação técnica e discussões por parte do Legislativo, daí sua crítica em termos de “pregação revolucionária das reformas” (Jornal do Brasil, 08 de janeiro de 1964), já que elas eram lançadas a público sem a definição de seus pontos básicos e antes de serem colocadas para discussão no Congresso.

Enquadra-se na mesma problemática a desconfiança de que Goulart buscava apoiar-se em poderes marginais ao da Constituição, forma pela qual os editores se referiam ao que entendiam como tentativas de aproximação de *Jango* do exército e dos sindicatos,<sup>18</sup> que o *Jornal do Brasil* compreendia como um movimento estratégico para tentar pressionar o Congresso e uma invasão de competências, uma vez que

O problema é delicado porque o problema das lealdades é fundamental para a preservação do regime democrático. Se os Chefes militares tentarem afastar as Forças Armadas de sua posição constitucional, ou seja, de sua posição institucional, para colocá-las às ordens de uma política reformista particular, a de um Presidente da República, poderão ser envolvidos, num segundo tempo, em um conflito contra o Congresso, cujo ponto-de-vista reformista pode não coincidir com o ponto-de-vista do Presidente (*Jornal do Brasil*, 25 de janeiro de 1964).

A contestação iria ainda mais longe por ocasião dos boatos de um movimento plebiscitário reformista, cuja intenção pareceu se tornar mais clara a partir da mensagem presidencial ao Congresso Nacional em março de 1964, o que para o jornal significaria o fim da democracia representativa. A crítica tornou-se ainda mais aguda por realização do Comício da Central no dia 13 de março, que foi entendido pelos editores como uma

---

<sup>18</sup> Os editores referiam-se aos sindicatos como o “V Exército sindical”, numa alusão a divisão das Forças Armadas em 4 regiões, aglutinando assim a única base de sustentação que interessava a Goulart na visão dos editores. (*Jornal do Brasil*, 25 de janeiro, 02, 08 e 09 de fevereiro de 1964).

forma de tentar atirar o povo contra a Constituição (Jornal do Brasil, 14 de março de 1964) e nesse sentido o *Jornal do Brasil* estabelece uma clara diferenciação entre a democracia que eles acreditavam que Goulart pretendia impor: ela seria uma democracia sindicalista e plebiscitária, o que para o periódico não era a mesma democracia que elegeu o Congresso, ou seja, a democracia representativa (Jornal do Brasil, 17 de março de 1964), que na linha de raciocínio apontada pelos editores seria a forma ideal e verdadeiramente democrática, uma vez que repousava no princípio de soberania popular. Nesse sentido, Norberto Bobbio torna clara essa concepção, pois “a democracia representativa também nasceu da convicção de que os representantes eleitos pelos cidadãos estariam em condições de avaliar quais seriam os interesses gerais melhor do que os próprios cidadãos, fechados demais na contemplação de seus próprios interesses particulares” (2000:34), de forma que o plebiscito não teria condições de avaliar o que seria melhor para o país, devendo ser resguardado o processo institucional normal, ou seja, a tramitação das questões legislativas pelo Congresso Nacional.

*Jango* argumentava que as medidas que deveriam readequar as instituições e estruturas brasileiras à nova realidade, e por conseguinte, aprimorar a democracia, se justificariam por ser uma “exigência do povo”, o que como vimos era rejeitado pelo *Jornal do Brasil* sob o argumento de que eram impostas de modo unilateral pelo presidente, e também pelo nível a que teriam chegado as tensões sociais e políticas, contudo, para os editores a radicalização atingira esse nível devido à pregação revolucionária das reformas e à ausência de um programa de governo (Jornal do Brasil, 08 de janeiro de 1964), pois as tentativas de estabelecer uma política geral, como a de San Tiago Dantas com o Plano Trienal, falharam devido à ação do “oportunismo esquerdista instalado no Ministério do Trabalho” (Jornal do Brasil, 15 e 16 de janeiro de 1964).

Esse “aprimoramento da democracia” era reivindicado por *Jango* como uma função do Estado, para que se processasse de forma pacífica e segura, com a incumbência de liderar as reformas e coordenar os investimentos por meio de um planejamento prévio, de forma a impedir a ampliação ou o surgimento de novas desigualdades, fossem elas situadas em nível regional ou mesmo desigualdades sócio-econômicas. Essa visão choca-se com a posição defendida pelo *Jornal do Brasil*, que já enxergava indícios de uma centralização excessiva que minava os poderes estaduais

(*Jornal do Brasil*, 01 de março de 1964), o que alterava o já referido equilíbrio estabelecido pela Constituição no qual repousava o Estado de direito. Alia-se a esta dimensão, para o jornal, a própria forma como estava sendo conduzida a questão das reformas de base: uma tentativa de fortalecer o poder central que estava se processando de forma a invadir a competência de outros poderes e minar a autoridade do Poder Legislativo junto a determinados segmentos da população, o que era inadmissível, mesmo que sob o pretexto de se diminuir os contrastes sociais do país.

Ao contrário, o *Jornal do Brasil* procurava assegurar que a Constituição fornecia os meios necessários para as reformas e que a única forma de assegurar que elas se processariam sob o espírito democrático seria enquadrá-las nos moldes constitucionais, ou seja, por meio da ação legislativa cotidiana do Congresso Nacional, sem as pressões externas que para os editores, eram orquestradas pelo Poder Executivo.

### **Considerações Finais**

A partir das posições divergentes do *Jornal do Brasil* e do então presidente João Goulart, é possível notar a existência de duas concepções distintas de democracia que embasavam não apenas a percepção que estes atores tinham da realidade brasileira e das medidas que ela demandava, mas também as críticas que se endereçavam ao “outro”.

A percepção de *Jango* era a de que o país passava por um momento chave que demandava a reforma das instituições e das estruturas do país para assegurar a continuidade de sua evolução política mediante o aprimoramento da democracia, o que ao que tudo indica queria dizer para Goulart que a democracia não se limitava à participação política, mas sim a uma distribuição mais eqüitativa do poder e o impedimento de que as desigualdades sociais interferissem demasiadamente no equilíbrio almejado, sendo que para atingir esse equilíbrio se justificaria a intervenção em determinadas esferas da liberdade individual, tema caro aos liberais, mas que parece ter sido secundário ao então presidente, que procurava enfatizar sua preocupação com as desigualdades sociais.

Para o *Jornal do Brasil*, a questão se colocava de outra perspectiva, pois o que colocava em risco a democracia era a ação de Goulart, na qual enxergava uma tática de

afrontamento e invasão de competências aos outros poderes, o que era inadmissível para os editores, já que o respeito à Constituição e o equilíbrio entre os poderes seria a única forma de encaminhamento democrático das questões. O periódico se pautava numa lógica de defesa da democracia representativa, motivo pelo qual se explica a centralidade que a questão da limitação do poder, no caso o do Executivo, adquiriu, já que o seu fortalecimento implicaria na negação da ideia de representatividade, cuja expressão máxima é o Poder Legislativo na figura do Congresso Nacional, no qual as diversas tendências existentes na sociedade se faziam representar e adquiriam voz. Para o *Jornal do Brasil*, a interferência nesse delicado equilíbrio entre os Poderes, sob qualquer pretexto, implicaria no risco de degradação da própria democracia representativa.

### Fontes

*JORNAL DO BRASIL*. Edições de 01 de janeiro de 1964 a 31 de março de 1964.

### Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. A participação da imprensa na queda do governo Goulart. In: *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: Letras, 2004.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. *Les Temps Modernes*, 318, janeiro de 1973.

\_\_\_\_\_. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. Entre a história e a memória: João Goulart. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FONSECA, Gondin da. *Jango fala à nação: Rerum Novarum*. São Paulo: Fulgor, 1963.

GOULART, João. *Desenvolvimento e independência. Discursos 1961*. Brasília, 1962.

GOULART, João. *Mensagem ao Congresso Nacional*. Brasília, 1964.

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)* 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O golpe de 64. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

VILLA, Marco Antônio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.

Recebido em 14 de março de 2013/  
Aprovado em 29 de maio de 2013.